

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2009

REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

Processo: 4545/2009

Abertura: 20/07/2009

Horário: 14:00h

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de Preços para execução de MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARA**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de Taquara, sito a Rua Tristão Monteiro, nº 1278, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 273, de 09 de junho de 2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia e até a hora acima mencionados, no seguinte local: Sala de Licitações, 3º andar, no Prédio da Prefeitura à Rua Tristão Monteiro, nº 1278.

1- DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS** para execução parcelada de **MATERIAL DE DIVULGAÇÃO**, a ser utilizado por toda a Administração Municipal, em âmbito interno e como material para divulgação de campanhas e eventos, tudo conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Os materiais a serem executados deverão atender aos modelos criados/fornecidos pelo Município, que serão para os mais diversos eventos e campanhas promovidos pelo Município, sendo que a FORNECEDORA deverá enviar à Secretaria requisitante uma PROVA VIRTUAL (amostra) do material a ser impresso/executado.

1.3. As quantidades relacionadas no Anexo I são ESTIMATIVAS DE CONSUMO ANUAL, não obrigando-se o Município à aquisição total, podendo, de acordo com as necessidades da Administração, ser adquirida até 100% (cem por cento) a mais que a quantidade prevista.

2- PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. A ata de registro de preços, a ser firmada entre a Prefeitura Municipal de Taquara, e o(s) vencedor(es) do certame, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

3 – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1.** Será vedada a participação de empresas:
- 3.1.1.** com falência decretada ou concordatária;
 - 3.1.2.** consorciada;
 - 3.1.3.** declarada inidônea por qualquer órgão público;
 - 3.1.4.** suspensa.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

- 4.1.** Para participação no certame, o licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

MUNICÍPIO DE TAQUARA-RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040-2009
ENVELOPE Nº.....
LICITANTE

Sendo:

ENVELOPE Nº 01- PROPOSTA DE PREÇOS
ENVELOPE Nº 02- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 5.1.** O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.
- 5.2.** A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.
- 5.3.** O credenciamento será da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos

poderes para dar lance(s) em licitação pública;

OU

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo II deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

◆ EM AMBOS OS CASOS (B.1 OU B.2), DEVERÁ SER ACOMPANHADO DO ATO DE INVESTIDURA DO OUTORGANTE COMO DIRIGENTE DA EMPRESA.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

5.3.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

5.4. No ato do credenciamento a licitante deverá declarar que atende ao inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002. (conforme modelo Anexo III)

5.5. Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

OBS.: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123:

5.6 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens deste edital, deverão apresentar, FORA DOS ENVELOPES, NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo em anexo, assinada por representante legal E por contador ou técnico contábil da empresa.**

5.6.1 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, FORA DOS ENVELOPES, NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, conforme modelo em anexo, assinada por representante legal E por contador ou técnico contábil da empresa.**

6- DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

6.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01- PROPOSTA DE PREÇO e 02- DOCUMENTOS.

6.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

7- PROPOSTA DE PREÇO:

7.1. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, datilografadas ou impressas por meio eletrônico, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:

a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver);

b) validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias;

c) Preço: Deverá ser descrito o item e o **preço unitário do item** cotado em Reais. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no artigo 48, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

d) A licitante deverá informar em sua proposta os dados bancários para depósito, e se declarada vencedora indicar um código identificador.

7.1.1. As empresas licitantes deverão deixar em branco ou não descrever os itens que não desejarem cotar. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no artigo 48, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

7.2 Serão consideradas, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula.**

7.2.1. Nos preços propostos deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, frete, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

7.2.2. Os preços propostos serão considerados completos, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

8- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DOS LANCES e NEGOCIAÇÃO:

8.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

8.2. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

8.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 15- DAS PENALIDADES deste Edital.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para o fornecimento, podendo o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados na Estimativa de Preços, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

8.13. Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 7;

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

8.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

8.15. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

8.16. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de compras e serviços deste Município, conforme subitem 18.1 deste Edital.

8.17. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9- DA HABILITAÇÃO:

9.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

9.1.1. NO CASO DE EMPRESAS CADASTRADAS COMO FORNECEDORAS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS:

I. Certificado de Registro de Fornecedor, (**CRF**) desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja dentro do prazo de validade.

II. Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF) e Declaração de Idoneidade. (conforme Modelo Anexo IV).

9.1.2. NO CASO DE EMPRESAS NÃO CADASTRADAS COMO FORNECEDORAS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS:

a) Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

b) Certidão de Regularidade, emitida pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio da sede da licitante; **e** Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

d) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

f) Certidão Negativa de Débito (CND/INSS) perante a Seguridade Social

g) Certidão Negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

h) Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF) e Declaração de Idoneidade; (conforme Modelo Anexo IV)

9.2. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

10- DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) item(ns) objeto do certame.

10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03(três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

11- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

11.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

11.2. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4. As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12- DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A vencedora deverá assinar a Ata dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da convocação feita pelo Município.

12.1.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13- FORMA DE UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. Para utilização da Ata de Registro de Preços, as Secretarias solicitarão a Divisão de Compras os itens registrados, e este emitirá Ordem de Compra.

13.2. A Secretaria emitirá Nota de Empenho, e remeterá a empresa através de fax, e-mail ou pessoalmente.

13.3. A empresa terá um prazo de até 7 (sete) dias corridos para efetuar a entrega dos itens constantes na Nota de Empenho.

13.4. A não entrega dos itens no prazo previsto, será motivo de aplicação das penalidades previstas no Item 15, deste edital.

14- DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado em um prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos itens, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura; com Ateste do recebedor da Secretaria requisitante.

14.2. A Nota Fiscal emitida pelo licitante deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

15- DAS PENALIDADES:

15.1. A recusa pelo licitante em assinar a Ata e para entrega dos itens adjudicados, acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

15.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega dos itens, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

15.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- f) comportamento inidôneo;
- g) cometimento de fraude fiscal;
- h) fraudar a execução do contrato;
- i) falhar na execução do contrato.

15.4. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se

admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

15.5. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

15.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão das dotações orçamentárias próprias, de cada Secretaria requisitante.

17- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO :

17.1. O Município reserva-se no direito de rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições do edital, exigindo-se a substituição dos itens.

18- DAS DIPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Taquara, Setor de Compras e Serviços, sito na Rua Tristão Monteiro, 1278, 3º andar, ou pelo telefone 51.541.9200 e fax 51.541.9249, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

19.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Compras e Serviços.

19.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

19.4. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação e estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade.

19.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.6. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/93).

19.7. São anexos deste edital:

ANEXO I – Formulário padrão para o preenchimento da proposta

ANEXO II - Modelo de Credenciamento

ANEXO III – Modelo de Declaração em atendimento ao inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002

ANEXO IV – Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF) e Declaração de Idoneidade.

ANEXO V – Declaração de Enquadramento de ME/EPP

ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO VII – Decreto RP

19.9. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Taquara, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Taquara, 08 de julho de 2.009.

Délcio Hugentobler
Prefeito Municipal

ANEXO I**FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2009****RAZÃO SOCIAL:** _____**ENDEREÇO:** _____**CNPJ/MF:** _____**FONE/FAX:** _____ **E-MAIL:** _____

OBSERVAÇÃO: Será disputado o preço unitário do produto, com base quantidade estimada anual, considerando-se o pedido mínimo. Quando houver a previsão de mais de um tipo de pedido mínimo, (ex.: item 5), será negociado diretamente com o vencedor do item, a redução no preço para a execução de material na quantidade superior prevista.

ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO	QUANT ESTIMADA ANUAL	PEDIDO MÍNIMO PREVISTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO
01	23172	10.000	2.000	ETIQUETA ADESIVA LOGO GESTÃO Em papel adesivo 20g, tamanho 3,5cm de diâmetro, em cores 4x0.	R\$
02	23173	100	10	ADESIVO PARA FROTA DE VEÍCULOS Adesivo de recorte em forma de círculo, com impressão digital, com diâmetro de 45cm. Adesivo de recorte em forma de folhas, tamanho 1,34 x 0,55m	R\$
03	23174	10	1	MURAL PERSONALIZADO Em chapa galvanizada dobrada nº 20, tamanho 1,92mx1,12m, logo diâmetro 45cm, em impressão digital, em cores 4x0	R\$
04	23175	200	1	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE SALA Em PVC 3mm, tamanho 31x16cm, em cores 4x0	R\$
05	23176	500	ATÉ 50 ATÉ 100 ACIMA DE 100	CRACHÁ Em PVC/Poliester, tamanho 54 x 86mm, com foto digital e verso em 1 cor, com CORDÃO PERSONALIZADO 9mm x 90cm, em tecido com presilha inoxidável, em serigrafia lavável 1x1	R\$

06	23177	20.000	10.000	CAPA DE CARNÊ Em papel couchê brilho 230g, tamanho 44 x 8 cm, em cores 4x4, acabamento 1 dobra, com verniz de proteção de 1 lado.	R\$
07	23178	100	10	PLACAS PARA PARADAS DE ÔNIBUS (retangular, com adesivo) Em chapa galvanizada nº 20, tamanho 25x60cm, com impressão digital	R\$
08	23179	20	2	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO (redonda, com adesivo) Em chapa galvanizada nº 20, 35cm de diâmetro com impressão digital	R\$
09	23180	20	2	PLACA DE TRÂNSITO INTERROMPIDO Em chapa galvanizada nº 20, tamanho de 50,5 x 25cm, com adesivo do Departamento de Segurança e Trânsito	R\$
10	23181	50	1	BANNER Em lona com impressão digital, acabamento bastão, tamanho 0,80m x1,60m	R\$
11	23182	20	1	BANNER Em lona com impressão digital, acabamento bastão, tamanho 1,50m x 2,00m	R\$
12	23183	50.000	ATÉ 100 ATÉ 200 ATÉ 500 ATÉ 1.000	CARTAZ Em papel couche brilho, 150g, tamanho A3, em cores 4x0, com verniz de proteção de um lado	R\$
13	23184	10.000	ATÉ 1.000 ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	LÂMINA 1 Em papel couche brilho 230g, frente/verso, tamanho 9x18cm, em cores 4x4, com verniz de proteção dos dois lados	R\$
14	23185	10.000	ATÉ 1.000 ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	LÂMINA 2 Em papel couche brilho 230g, frente/verso, tamanho 10x21cm, em cores 4x4, com verniz de proteção dos dois lados	R\$
15	23186	100 (m)	1	FAIXA Em lona com impressão digital, acabamento bastão (Cotar preço por metro linear) A altura sempre será 0,70m, e o comprimento poderá variar	R\$

16	23187	50.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	FOLDER 1 Em papel couche brilho 150g, tamanho A4, em cores 4x4, acabamento 1 dobra, verniz de proteção dos 2 lados	R\$
17	23188	50.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	FOLDER 2 Em papel couche brilho 150g, tamanho A3, em cores 4x4, acabamento 2 dobras, verniz de proteção dos 2 lados	R\$
18	23189	50.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	FOLDER 3 Em papel couche brilho 150g, tamanho 29,7x21cm, em cores 4x4, acabamento 2 dobras, verniz de proteção dos dois lados	R\$
19	23190	50.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	FOLDER 4 Em papel couche brilho 230g, tamanho 40x20cm, em cores 4x4, acabamento 1 dobra, verniz de proteção dos dois lados	R\$
20	23191	50.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	FOLDER 5 Em papel couche brilho 230g, tamanho 60x20cm, em cores 4x4, acabamento 2 dobras, verniz de proteção dos dois lados	R\$
21	23192	50.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	FOLDER 6 Em papel reciclato 240g, tamanho 21x29,7cm, cores 4x4, acabamento 2 dobras	R\$
22	23193	50.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000	FOLDER 7 Em papel couche brilho 230g, tamanho 75x25cm, em cores 4x4, acabamento 2 dobras, verniz de proteção dos dois lados	R\$
23	23194	5.000	2.500	CALENDÁRIO DE EVENTOS Capa em papel couche fosco 230g, tamanho a4, em cores 4x0, laminação brilho, miolo com nº de páginas que pode variar entre 32 e 64 páginas, em papel offset 90g, em cores 4x4, acabamento dobras e grampo.	R\$
24	23195	5.000	2.500	JORNAL INFORMATIVO Em papel jornal, tamanho 28x38cm, com nº de páginas que pode variar entre 16 e 32, capa, contra-capas e central em cores, miolo preto e branco, acabamento 1 dobra.	R\$
25	23196	1.500	ATÉ 100 ATÉ 300 ATÉ 500 ACIMA DE 500	CAMISETA BRANCA Em algodão fio 30 penteado, serigrafia frente A4 e verso A4, em até 5 cores frente e até 5 cores verso, nos tamanhos P, M, G ou GG	R\$
26	23197	1.000	ATÉ 100 ATÉ 300	CAMISETA tipo BABY LOOK, na cor	R\$

			ATÉ 500 ACIMA DE 500	BRANCA Em algodão fio 30 penteado, serigrafia frente A4 e verso A4, em até 5 cores frente e até 5 cores verso, nos tamanhos Baby-look, P, M, G ou GG	
27	23198	2.500	ATÉ 100 ATÉ 300 ATÉ 500 ACIMA DE 500	CAMISETA COLORIDA Em algodão fio 30 penteado, serigrafia frente A4 e verso A4, em até 5 cores frente e até 5 cores verso, nos tamanhos P, M, G ou GG	R\$
28	23199	2.000	ATÉ 100 ATÉ 300 ATÉ 500 ACIMA DE 500	CAMISETA tipo BABY LOOK, COLORIDA Em algodão fio 30 penteado, serigrafia frente A4 e verso A4, em até 5 cores frente e até 5 cores verso, nos tamanhos Baby-look, P, M, G ou GG	R\$
29	23200	300	ATÉ 50 ACIMA DE 50	BOTTON Em PVC, tamanho 5,5cm de diâmetro, em cores 4x0	R\$
30	23201	3.000	3.000	MÁSCARA Em papel triplex 350g, tamanho aproximado de 23x10cm, em cores 4x0, acabamento faca especial	R\$
31	23202	5.000	5.000	LEQUE Em papel triplex 350g, tamanho aproximado de 27x27cm, em cores 4x4, acabamento faca especial	R\$
32	23203	3.000	1.500	PORTA PRESERVATIVO Em papel couche brilho 230g, tamanho 10x20cm, em cores 4x4, acabamento faca especial, vinco, dobra e verniz de proteção	R\$
33	23204	5.000	ATÉ 500 ACIMA DE 500	ADESIVO CAMPANHAS 1 Em papel adesivo 20g, tamanho 2cm de diâmetro, em cores 4x0	R\$
34	23205	20.000	ATÉ 1.000 ATÉ 5.000 ATÉ 10.000	ADESIVO CAMPANHAS 2 Em papel adesivo 20g, tamanho 5cm de diâmetro, em cores 2x0	R\$
35	23206	10.000	ATÉ 2.000 ATÉ 5.000	MARCA PÁGINAS Em papel supremo 300g, tamanho 5 x 20 cm, em cores 4 x 4, verniz de proteção dos dois lados	R\$
36	23207	20.000	ATÉ 500 ATÉ 1.000 ACIMA DE 1.000	CONVITE DE EVENTO Em papel couche 230g, tamanho 20cmx9cm, em cores 4x4, tamanho 20 x 9cm, verniz de proteção dos dois lados	R\$

37	23208	20.000	ATÉ 1.000 ACIMA DE 1.000	CARTÃO POSTAL Em papel supremo 300g, tamanho 10mx15cm, em cores 4X1, laminação brilho de um lado	R\$
38	23209	6.000	2.000	APARADOR DE CHIMARRÃO Em PS de 1mm com serigrafia ou impressão digital, em cores 4x2, 18 cm de diâmetro	R\$
39	23210	10.000	ATÉ 3.000 ATÉ 5.000 ACIMA DE 5.000	LIXA DE UNHA Lixa padrão na cor amarela, capa com impressão em serigrafia de até 3 cores, de 1 lado, sendo o outro transparente.	R\$
40	23211	2.000	ATÉ 200 ATÉ 500 ACIMA DE 500	BONÉ Em microfibra e brim peletizado e regulador de velcro, serigrafia em até 4 cores	R\$
41	23212	2.000	ATÉ 200 ATÉ 500 ACIMA DE 500	CANETA Em plástico, e apoio emborrachado em diversas cores, esfera azul, espaço para serigrafia de no mínimo 5 cm, impressão em uma cor	R\$
42	23213	2.000	ATÉ 200 ATÉ 500 ACIMA DE 500	RÉGUA Em plástico branco 1mm, tamanho de 20 cm, serigrafia em uma cor.	R\$
43	32214	10.000	5.000	BALÃO Nº 8, multi-coloridos, com serigrafia em uma cor.	R\$
44	23215	10.000	5.000	ESCOVA DE DENTES INFANTIL Multi-coloridas, com cerdas macias, cabo reto chato, estojo transparente com serigrafia de uma cor.	R\$

VALIDADE DA PROPOSTA:

DADOS BANCÁRIOS:

LOCAL E DATA:

Assinatura do Representante legal da empresa

ANEXO I I

CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a). _____,
portador(a) da Cédula de Identidade com RG nº. _____, a participar da
Licitação instaurada pelo Município de Taquara/RS, na modalidade de **Pregão Presencial nº 040/2009**,
na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da
empresa _____, CNPJ/MF nº _____,
bem como formular propostas e praticar todos os atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2009.

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa
(FIRMA RECONHECIDA)

ANEXO I I I

DECLARAÇÃO

Ao Pregoeiro,

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520 de 17.07.2002, declaramos que a empresa _____ CNPJ nº _____
cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **Pregão Presencial nº 040/2009.**

_____, em _____ de _____ de 2009.

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO I V

DECLARAÇÕES

Ao Pregoeiro,

Ref. Ao Pregão Presencial nº 040/2009

A empresa (NOME),

DECLARA para os devidos fins, nunca ter sido declara INIDÔNEA para licitar e celebrar contratos com a administração pública;

DECLARA também, sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988;

DECLARA que está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Edital;

_____, em _____ de _____ de 2009.

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO V

À (Ao) Pregoeira (o)

Declaração de Enquadramento

(nome do contador) _____, inscrito no CRC sob nº

_____, declara sob as penas da lei que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art.3º, da Lei complementar 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art.3º § 4º incisos I a X, da mesma lei.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2009.

Nome Completo e Assinatura do Contador (a) da Empresa

Nome e Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is) da Empresa

ANEXO V I

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo número: 4545/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 040/2009

Assunto: **REGISTRO DE PREÇOS** para execução de **MATERIAL DE DIVULGAÇÃO**, a ser utilizado por toda a Administração Municipal

Pela presente ata de Registro de Preços, de um lado O **MUNICÍPIO DE TAQUARA – RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n.º 97.761.407/0001-73, com sede nesta cidade de Taquara, na rua Tristão Monteiro 1278, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. Délcio Hugentobler**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, CRC/RS nº 39.847, CPF nº 242.054.600-82, residente e domiciliado nesta cidade, na rua General Osório nº 3636, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa, CNPJ/MF nº, com sede na cidade de, na Rua, neste ato representada pelo, Sr., CPF nº, adjudicatária do Pregão Presencial nº 040/2009, doravante denominada ADJUDICATÁRIA, resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1 – OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS** para execução de **MATERIAL DE DIVULGAÇÃO**, a ser utilizado por toda a Administração Municipal, em âmbito interno e como material para divulgação de campanhas e eventos, tudo conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Os materiais a serem executados deverão atender aos modelos criados/fornecidos pelo Município, que serão para os mais diversos eventos e campanhas promovidos pelo Município, sendo que a FORNECEDORA deverá enviar à Secretaria requisitante uma PROVA VIRTUAL (amostra) do material a ser impresso/executado.

1.3. As quantidades relacionadas no Anexo I são ESTIMATIVAS DE CONSUMO ANUAL, não obrigando-se o Município à aquisição total, podendo, de acordo com as necessidades da Administração, ser adquirida até 100% (cem por cento) a mais que a quantidade prevista.

2 – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. A presente Ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

3 – DA SOLICITAÇÃO DOS ITENS:

3.1. Para utilização da Ata de Registro de Preços, as Secretarias solicitarão a Divisão de Compras os itens registrados, e este emitirá Ordem de Compra.

3.2. A Secretaria emitirá Nota de Empenho, e remeterá a empresa através de fax, e-mail ou pessoalmente.

3.3. A empresa terá um prazo de até 7 (sete) dias corridos para efetuar a entrega dos itens constantes na Nota de Empenho.

3.4. A não entrega do item solicitado, será motivo de aplicação das penalidades no item 10 desta Ata.

4 – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, E do REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA:

4.1. Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO
			

4.2. O pagamento será efetuado num prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos itens, mediante a apresentação da Nota Fiscal fatura, com Ateste do recebedor da Secretaria requisitante.

4.3. Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, nos termos da Lei 9069-95 e Lei 10.192 de 14-02-2001, e somente poderão ser alterados com a condição de re-estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata, mediante requerimento da ADJUDICATÁRIA e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d.

5 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS ITENS:

5.1. Os itens deverão ser entregues no local e prazo indicado na Nota de Empenho, correndo por conta do CONTRATADO as despesas decorrentes de fretes, embalagens, seguros, mão de obra, etc...

5.2. Os itens serão recebidos no local indicado na Nota de Empenho, através de pessoa responsável da Secretaria requisitante, atestando na Nota Fiscal o recebimento dos mesmos.

5.3. Na hipótese de rejeição, por entrega do item em desacordo com as especificações, a ADJUDICATÁRIA deverá repor os itens devolvidos, num prazo de 24 horas.

6 – DOS ENCARGOS:

6.1. O preço dos itens incluem todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros, mão de obra.

7 – DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. DA ADJUDICATÁRIA:

7.1.1. Comunicar ao MUNICÍPIO qualquer ocorrência que impeça o fornecimento dos itens;

7.1.2. Manter durante o período contratual as mesmas condições de habilitação;

7.1.3. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre os itens fornecidos, bem como o seu transporte até o local determinado para sua entrega.

7.2. DO MUNICÍPIO:

7.2.1. Prestar à ADJUDICATÁRIA todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;

7.2.2. Promover o apontamento do recebimento dos itens, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados;

7.2.3. Manter atualizada a listagem de preços que contemple a relação dos itens, para os fins previstos nesta Ata;

8 – DA RESCISÃO:

8.1. O adjudicatário reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente a Ata, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

8.3. Da rescisão procedida com base neste item não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão das dotações orçamentárias próprias de cada secretaria requisitante.

10 – DAS PENALIDADES:

10.1. A recusa pelo licitante em efetuar a entrega dos itens adjudicados, acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

10.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega dos itens adjudicados, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

10.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

10.4. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

10.5. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

10.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11 – DO FORO:

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Taquara, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais provenientes do presente Ata.

12 – DA REGÊNCIA:

12.1. O presente Contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Justos e contratados, firmam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Taquara, de de 2009.

DECRETO Nº 279/2005

Regulamenta a Lei Municipal nº 3.428, de 23 de maio de 2005, que trata das contratações pelo sistema de registro de preços no âmbito da Administração e dá outras providências.

CLÁUDIO KAISER, Prefeito Municipal de Taquara, RS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º As contratações de materiais, gêneros, equipamentos e de serviços comuns, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Municipal, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços comuns e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os quantitativos, preços, fornecedores e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Administrador - A Administração, única responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

IV - Detentor da Ata - Licitante vencedor (es) do certame na modalidade concorrência ou pregão.

Art. 2º - Será adotado, preferencialmente, o **SRP** nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entrega parcelada ou contratação de serviços comuns necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços comuns para atendimento a mais de uma unidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 3º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou pregão, do tipo menor preço por item unitário, nos termos das Leis nºs. 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º - Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão administrador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - Caberá ao órgão administrador, através da Secretaria de Administração, ouvida a unidade interessada, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

II - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela Lei;

III - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

IV - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia à unidade de controle e gerenciamento;

V - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VI - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

Art. 4º - O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações, sendo este previsto no instrumento convocatório.

Parágrafo Único - Os contratos decorrentes do **SRP** terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios.

Art. 5º - A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços comuns, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços comuns, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição do produto e resultado esperado, e será observada a demanda específica de cada unidade. Neste caso, deverá ser evitada a contratação de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º - Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

I - o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de

classificação das empresas constantes da Ata.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sendo em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços;

Art. 7º - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º - O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - quando admitido quantitativo inferior a demanda, a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item;

IV - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - o prazo de validade do registro de preço;

VI - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

VII - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

VIII - desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos hortifrutigranjeiros e nos casos em que fora admitido na legislação.

Art. 9º - Homologado o resultado da licitação, a Administração, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Art. 10 - A contratação com os fornecedores será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, observado o disposto no § 2º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão administrador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão administrador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o detentor da ata será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Art. 12 - O detentor da ata terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

§ 2º - O detentor da ata poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

Art. 13 - Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições do órgão administrador.

Art. 14 - A Secretaria de Administração poderá editar normas complementares a este Decreto.

Art. 15 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO MUNICIPAL CEL. DINIZ MARTINS RANGEL – Taquara, 21 de junho de 2005.

CLÁUDIO KAISER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Jozsef Cseke

Secretário de Administração

PROCOLO DE RECEBIMENTO DE EDITAL E ANEXOS

Para fins de controle de recebimento deste Edital, este protocolo de recebimento deverá ser preenchido, assinado e carimbado pela empresa, e entregue à Divisão de Abastecimento da Prefeitura Municipal, pelo fone fax (51) 3541-9249, ou pelo e-mail compras@taquara.com.br, sendo neste caso, sem assinatura e carimbo.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2009

Registro de Preços para EXECUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.

Data de retirada: ____/____/ 2009

EMPRESA: _____

CNPJ : _____

E-MAIL: _____

FONE : _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA